

Transcrição Reunião Copam Divinópolis – 06/12/2005

Shelley – É um prazer estar aqui e acho que temos um mundo de coisas a conversar e a programar para o ano que vem, mas antes de fazer a abertura eu gostaria que colocasse o nosso Hino Nacional. Por favor quem está colocando? Gente, esse negócio aqui está um pouco bagunçado, cadê o Hino Nacional? Todos os lugares que eu vou as coisas correm bem e aqui está uma bagunça. Por favor põem esse negócio para funcionar! Eu estou voltando do Sul e no Sul as coisas correram tudo maravilhosas e aqui tudo demora! Eu dou dois minutos, se não tiver Hino Nacional nós vamos começar a nossa reunião. Isso não tem justificativa não. Bem vamos continuar no nosso item dois. Abertura pelo presidente URC Copam do Alto São Francisco. Eu queria muito dizer que é com grande satisfação que hoje retornamos ao nosso trabalho. É um prazer rever nossos companheiros, eu passei umas duas reuniões sem poder estar aqui com os senhores por motivo de viagem e outros assuntos paralelos que nós estávamos trabalhando aqui em Brasília. Alguns assuntos que nós discutir no transcorrer da nossa reunião. Eu gostaria de dizer duas coisas rápidas aos senhores. A primeira é que nós tínhamos em 2002, três mil seiscentas e poucas licenças feitas no Estado de Minas Gerais, centralizadas em Belo Horizonte com mais três mil e poucas outorgas que eram totalmente separadas do sistema de licenciamento. Nós estamos fechando agora novembro de 2005, no total de 30 mil processos de licenciamento em todo o Estado de Minas Gerais. Todo integrado hoje, 30.253 fechado agora em novembro, e nós vamos fechar o nosso em mais de 32 mil processos de licenciamento. Desses 32 mil a outorga faz parte do licenciamento, todos os 30 mil tiveram as outorgas dadas também. Todas as tiveram necessidade tiveram a APEF dada também. Então tudo o que era separado do nosso processo, passa a incorporar agora o nosso processo passa a incorporar hoje o nosso processo num grande esforço de regionalização do governador Aécio Neves que hoje colocou de acordo com a lei. Porque quem não tinha o seu licenciamento estava em desacordo com a lei. É muito importante a gente dizer isso, porque quem não está com o seu licenciamento não está de acordo com a lei Nacional, com a lei Estadual. Se quer ficar, tudo bem, mas vai ser punido, pode ser punido. E aí nós estamos com centenas de processos administrativos para exames de Auto de Infração e vamos ter muito mais. Porque a fiscalização ambiental começa a ser feita hoje a partir desse Auto. A Polícia Florestal, o IEF, a FEAM e o IGAM estão criando um grande grupo, principalmente para a autorização de funcionamento. Nós concedemos autorização de funcionamento para as classes 1 e 2, sem análise de licença para facilitar para o empresário, mas nós vamos fiscalizar se as coisas estão

saindo bem. Se não, desmoralizamos o classe 1 e 2, que veio para ajudar quem está fazendo a coisa certa. Só para vocês terem uma idéia, o grande potencial desse licenciamento ainda está no Triângulo Mineiro. Ele está disparado hoje, e já ultrapassou até a FEAM – Belo Horizonte no número de procura de licença. Muito ligado a atividade Agrossilvipastorial que é o forte do Triângulo Mineiro. Gostaria de dizer também duas coisas que são importantes nessa análise final. É que também nós tínhamos em 2002, cerca de 17% de indústrias licenciadas e hoje nós chegamos a 42% de indústrias no Estado de Minas Gerais licenciadas no total. Agricultura tinha 3% e hoje chegou a 19% de empresa licenciada, e o crescimento da indústria de agricultura, por ter muito mais, principalmente por causa do pequeno produtor rural que a procura é muito maior. Outro dado importante nesse aspecto é que nós tivemos que modificar todo o nosso sistema para dar suporte a esses procedimentos e uma delas foi a regionalização do Conselho de Política Ambiental que trouxe inclusive da marginalidade as pessoas para se colocarem de acordo com a legislação. A procura é enorme. Nós abrimos os COPAMs regionais para fazer o FOBI – Formulário de Orientação Básica, gradativa, a última foi o Leste Mineiro que nós abrimos em agosto. Começamos em fevereiro e fomos abrindo gradativo e última abrimos em agosto. Como você tem a entrada de FOBI com uma demora de três, quatro, cinco, seis meses que é o prazo que se dá, e as pessoas sempre procuram entregar no final do prazo, agora é que começam a entrar todos os FOBIs que foram emitidos e a documentação começa a entrar. Então começa agora um processo longo que é a análise técnica do projeto, que é o segundo passo que nós vamos dar junto aquele antigo passo que era a mecanização do processo, o fluxograma processual, que foi o primeiro passo que nós ainda estamos com alguns problemas, mas em passos finais de arrumação da casa, vamos dizer assim, junto a nossa parte de mecanização do Siam. Quem já fez a instalação de um softwear de um computador em todo o Estado, sabe das dificuldades que a gente teve para colocar todo nosso licenciamento em Rede em todo o Estado de Minas Gerais. Praticamente passamos as piores dificuldades esse ano, ajustando a parte de softwear, a parte do SIAM e hoje já estamos nos procedimentos finais para conseguir os três pontos básicos do nosso sistema, que a integração do sistema é um deles e é tão importante para nós. E sem o computador não se faz isso, não tinha a agilidade que nós temos hoje, para dar uma licença muito mais rápida, para girar isso em toda a Minas Gerais da mesma forma. Nós pretendemos também, através da legislação 29, que está em discussão, principalmente na Câmara de Política Ambiental na CPA, a legislação 29, logo que aprovada, a nossa idéia é intensificar os CODEMAs e análise de projetos pelos CODEMAs nos municípios para que a gente tenha um aporte de

licenciamento municipal dentro do sistema. Então esse é em linhas gerais um pequeno resumo, do que tem acontecido no Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais, que é o primeiro sistema do mundo, eu posso dizer do mundo, porque não tem um sistema igual ao COPAM. O COPAM é um sistema que não igual no Brasil. Você não vai encontrar no lugar nenhum do mundo uma coisa igual, você pode até encontrar alguma coisa parecido, mas igual nunca. É um sistema que pela primeira vez conseguiu descentralizar, integrar o processo e consegue hoje ter uma velocidade muito maior, mesmo com a carga de trabalho dez vezes maior, nós conseguimos ter uma produtividade e uma eficiência, e nós vamos ter muito mais ao longo do tempo, na medida que todas essas propostas foram sendo colocadas, e todos esses trabalhos que estão no final forem sendo colocados. Então, com isso nós tínhamos uma média de FOBI emitido em torno de 60 a 90 dias, hoje em dia a média de FOBI que estão sendo emitidos é 2 ou 3 dias no máximo. Temos aqui um gargalo no leste, que está emitindo com 8 ou 9 dias em média, temos alguns que não estão de acordo com o que nós planejamos, mas são questões de adaptações finais que nós estamos fazendo. A idéia é o FOBI on line, qualquer um que quiser pode utilizar o FOBI on line, e ele já começou a entrar nas regionais principalmente, e até o fim do ano ele já estaria colocado em Belo Horizonte, a FEAM, IGAM e o IEF estão interagindo para isso. Nós teríamos então grande parte dos FOBIs on line. Isso quer dizer que qualquer pessoa que tiver um computador em qualquer lugar de Minas Gerais pode fazer através do computador, através da internet pode fazer o seu FOBI imediato. Nós já fizemos vários. Aqui eu não sei porque eu não tive condições de conversar com o pessoal. O Sul já fizeram 35 FOBIs on line e no Norte já fizeram 15. As coisas estão começando a rodar on line, e isso é muito bom. Acaba com papel, acaba com uma porção de procedimento demorados, uma série de coisas que é só burocracia. Quanto aos projetos que havia uma demora substancial, nós estamos tentando mudar os nossos projetos. Mudar da seguinte maneira, criar um sistema integrado de gestão participativa em projetos que principalmente traga a análise integrada da FEAM, do IEF e do IGAM dentro do mesmo processo e do advogado que acompanha todo o processo desde o início. O advogado não é uma figura de ponta do processo e nem pode ser, nós queremos o advogado dando assistência a grupos e vamos acabar com a individualização de processos. É muito comum, quando o empresário chega, você falar que parou tudo porque o cara entrou de férias como se o cara fosse dono do projeto. É uma idéia que se constituiu ao longo do tempo. Hoje não. Se a pessoa sai é o grupo que continua o trabalho, é o grupo que é responsável e não uma pessoa. A individualização do processo vai ser uma folha morta brevemente nos nossos trabalhos. Não tem dono de

processo, tem equipes que através de uma gestão inteligente, participativa, uma gestão de projetos, principalmente consigam agilizar um processo e fazer com maior rapidez, com uma qualidade, que é o que nos queremos, adequada. É importante dizer também que nesse campo de gestão integrada de projetos, nós estamos treinando pessoas e já fazendo isso. Ainda de uma maneira ainda não muito correta, porque as pessoas ainda não tiveram as instruções através do fluxo processual, que nós contratamos a Fundação Dom Cabral, para fazer um grande trabalho de treinamento integração de todo o processo no Estado de Minas Gerais. O segundo projeto, é um projeto que requer além de treinamento, prática. Ninguém trabalha em grupo sem praticar, principalmente nós brasileiros que somos muito individualista na maneira de fazer as coisas. Isso não é uma novidade que nós estamos trazendo, isso já está sendo feito no mundo inteiro, o mundo não trabalha mais sem grupos integrados, a Globalização trouxe isso para o mundo. Você tem alemão trabalhando com japonês, trabalhando com americano no mundo inteiro, grupos de especialidades e disciplinas, ninguém faz mais nada sozinho. Não existe dono da verdade mais. Existem pessoas contribuindo com a sua especialidade para uma verdade, para uma solução, para uma decisão. A gente que é tomador de decisão, as tomadas de decisão passam a ser muito mais concretas, a gente tem muito mais segurança do que tomar decisões somente com uma pessoa, às vezes ela está presa somente ao que ela conhece e o processo é muito maior. Isso nos deixa muito mais livres de errar, erramos menos com certeza. Errar faz parte nossa vida, mas temos que errar o menos possível. Eu acho que o trabalho interdisciplinar, ele nos ajuda muito nesses objetivos que nós temos que é ter uma qualidade melhor nos nossos projetos, melhorar os nosso projetos. Isso só se fazer praticando. Eu fiquei impressionado de ver, e sempre comento isso nos COPAMs que vou, a nova linha de projetos no mundo. Eu voltei agora da França e estive em vários locais discutindo com vários pensadores de projetos do mundo, executores de projetos, principalmente da área empresarial, e o mundo só pensa em designer. A base de projetos hoje é designer. É a concepção dos projetos. É ali que você amarra tudo. Por isso que eu acho cada vez mais importante que a Licença Prévia vai se tornar cada vez mais importante. A Licença de Instalação e a Licença de XXXXXX, Vão entrar nesse bolo, mas eu acho que o mais importante de todo projeto que começa é a Licença Prévia, pois é nela que está a concepção do projeto, a análise do projeto, se ele é viável, se ele não é, os problemas que ele vai causar na sociedade, e isso tem que ser participativo. Então o designer, passar a ser a base de projetos em todo o mundo, o ecodesigner está introduzido nesse processo de designer. Se você vai construir um carro hoje, a Ford, a GM, em todos os projeto de base aeroespacial, hoje a base dele é o desingner.

Não se começa nada sem passar por aí. Eu acho que vai ser o caminho do setor industrial que já começa a utilizar esses instrumentos e quem sempre começa é setor industrial. Então eu acho que já é hora da gente começar a pensar seriamente de ter grupos interagindo no processo de análises de projetos, e não pessoas donas de projetos. O japonês tem muito isso, chegam dez para negociar com você, um só fala, mas eles só negociam em grupo. É essa a tendência que nós estamos procurando e que a gente vai ter que procurar, se é que nós queremos entrar no mundo globalizado, no moderno, no futuro. E esse será o futuro. Segundo o uso do computador. Não tem jeito, ninguém trabalha com papel mais. Esses meninos que vem por ai vão ter que se agarrar no computador. Aliás, esses dias eu estava conversando com um grupo de diretores da Ford, um grupo de 45 anos, é impressionante que o grupo está entrando na Ford agora com 25 anos, já vem outra cabeça e a gente já vê que a gente está ultrapassado. Se a gente não acompanha a gente fica ultrapassado e é colocado de lado. O grande segredo do mundo hoje é esse, gestão compartilhada. Nós queremos ter uma coisa moderna nos COPAMs regionais, não vamos conseguir isso e nem estamos querendo e vamos buscar gestão de projetos. E a gestão de projetos exige que a pessoa tenha outras habilidades, que não seja só as habilidades individual, mas principalmente que ela seja capaz de lidar com programas integrados com outros e administrando conhecimento. Eu acho que na medida que você tem vários conhecidos e você seja um gestor disso, esse é o segredo da coisa. Isso exige treinamento. Os grandes empresários hoje, das grandes multinacionais, estão atrás de um grande gestor de projetos, pode ter certeza. Isso você encontra com facilidade e o mercado te oferece isso. Mas grandes gestores isso é complicado. São pessoas que procuram eficiência nos projetos, que tem visão geral do projeto, que sabe interagir com outros conhecimentos, que sabe integrar conhecimento e que seja um fomentador de qualidade no projeto. Dito isso, é apenas a minha palavra inicial que eu gostaria de colocar para vocês por ser nossa última reunião do ano, eu gostaria de deixar muito bem colocado esses detalhes. Bem, item 3 da nossa pauta, vamos passar rapidamente, Comunicado dos Conselheiros.

Capitão Valmir – Primeiro é uma pergunta ao senhor a respeito do *** PL 1951, se já tem algum posicionamento como está a tramitação, aqui de Minas Gerais que vai fazer algumas alterações no sistema.

Shelley – Explicando para as pessoas que não sabem o que é Projeto de Lei, da secretaria de Meio Ambiente que está na Assembléia Legislativa, que vai trazer profundas mudanças na gestão do Meio Ambiente do Estado de Minas

Gerais. Só para se Ter uma idéias, os NARCs passam oficialmente a existir após a aprovação da DN como Lei. Nós estamos criando a 8ª regional do COPAM no Oeste de Minas, na região de Unaí, que vai ser o local escolhido. Para colocar a 8ª regional para funcionar tem que passar pela Assembléia, porque a Assembléia aprovou só sete e uma delas é essa daqui. Vai ter na própria Polícia Militar uma série de modificações que vão ser feitas administrativas e de integração entre a secretaria a Polícia Militar. Quer dizer, existem um mundo de processos. A criação de uma nova diretoria da FEAM, uma diretoria de Fiscalização Ambiental também que muda substancialmente o nosso processo. Isso já passou pela Câmara da Assembléia de Meio Ambiente, que ficou agarrado ali seis meses, depois ela vai para a Câmara Financeira, já passou e deve ir à plenário nesse ano para ser julgado. Eu acho que ainda esse ano ela vai estar aprovada. Eu acho que ela já passou o que era pior, que é na Câmara de Meio Ambiente, que não é mais complicada não, mas entra nas minúcias do problemas. Eu acho que por ser uma proposta bastante interessante para toda a Minas Gerais, para a ser oficializada a situação dos Núcleos de Apoio aos COPAMs que foram criados para dar apoio aos COPAMs e uma série de outras medidas, inclusive sobre o nosso convênio da Polícia Militar que já foi assinado pelo Governador, pelo Secretário de Meio Ambiente, pelo Comandante Geral da Polícia Militar e foi enviado no dia Mundial do Meio Ambiente que foi comemorado lá no BDMG, mas esse dia foi enviado e está lá até hoje e deve ser aprovado agora.

Capitão Valmir – Foi realizada uma operação com a Polícia Militar Ambiental e o Núcleo de Combustível da FEAM aqui em Divinópolis, sobre uma fiscalização de Postos de Abastecimento de Combustíveis das Empresas. São empresas que têm tanques para abastecimento de combustível para consumo próprio e nós fizemos uma operação desse tipo no ano passado em Itaúna, e constatamos inúmeras irregularidades, diversos problemas, passivo ambiental, problemas realmente de perigo para a comunidade. Esses tanques e esse combustível armazenados de maneira totalmente irregular. Essa operação teve uma repercussão enorme no ano passado e pra surpresa nossa essa operação aqui em Divinópolis, foram 42 locais fiscalizados e ...

Shelley – Isso foi feito a Polícia Militar mais quem? Só para saber?

Capitão Valmir – A FEAM através do Núcleo de Combustível...

Shelley – Eu vi no jornalzinho da FEAM. O NARC participou também?

Capitão Valmir – Não o NARC não participou por que estava em treinamento. Mas foi uma operação que nós ficamos muito satisfeitos com o resultado. Principalmente pelas pequenas irregularidades detectadas, é logicamente que houveram empreendimentos que estavam inadequados, mas pela proporção em relação à Itaúna nós ficamos satisfeitos porque são problemas pequenos ou então a maioria não apresentavam problemas e aqueles que apresentam problemas são problemas de fácil resolução e isso já é um efeito do trabalho que foi realizado em Itaúna.

Shelley – É bom saber disso.

Capitão Valmir – Eu só gostaria de dar mais um detalhe. Gostaria de deixar uma moção para o Claudiney, o técnico que trabalhava aqui, de felicitações nessa nova empreitada que ele vai fazer e lamentar a perda de um técnico de alta estima, que fazia um excelente trabalho e a gente notava a dedicação e a boa vontade que ele tinha de trabalhar. Gostaria então de manifestar felicitação pra ele e lamentar a perda no NARC com a saída do Claudiney.

Shelley – Obrigado Valmir. Infelizmente é isso que você falou, saídas e vindas dos nossos companheiros isso é natural, ainda mais em serviço público. Sempre vemos pessoas entrando e saindo, isso é natural. Mesmo em setor privado isso acontece, as pessoas têm outros sonhos, encontram outros caminhos e isso é natural. É uma perda e o que eu posso desejar é toda felicidade, fico satisfeito por ele ter encontrado um caminho melhor e triste por ter que largá-lo. Professor Gilson.

Gilson Soares – Eu queria só fazer um registro de uma satisfação que eu tive no dia 25 próximo passado, convidado pela doutora Luciana, coordenadora da Bacia do Rio São Francisco. Eu estive como presidente do ****CONEVE, em Carmópolis, numa solenidade que realmente reafirma o pensamento daqueles que acreditam que ao lado do processo de coibir é possível desenvolver nesse país, um processo de educação ambiental e pesquisa ambiental envolvendo toda a população. Estava lá presente em Carmópolis, além do secretário de Meio Ambiente, estava lá o doutor Alex, que iniciou esse processo lá, e que foi agora desenvolvido pela doutora Luciana. Mas o envolvimento dos vários segmentos envolvidos, como a Polícia, a EMATER e a população, mostra pra gente, como é possível levar a população a defender algo que ela acredita. A defesa lá era o que? Era do último resquício de Mata Atlântica que nós temos nessa região, uma área de aproximadamente mil hectares e num trabalho muito bonito pela comunidade, apoiado principalmente pela promotoria,

conseguiu um ajustamento de conduta e que fora adquirido com siderurgias, levar essas siderurgias a desenvolver o seu papel social e que adquiriu 100 hectares aproximadamente dessa área. Hoje está envolvido universidade, nós inclusive pretendemos trabalhar com eles também. Eu acho que foi um momento muito bonito que deveria ser mais divulgado do que foi, para mostrar que é possível envolver a população em um trabalho de educação ambiental de alto nível. Era só para registrar. Eu não sei se a doutora Luciana vai falar disso.

Luciana promotora – Só para explicar aos presentes que em Carmópolis de Minas e parte de Cláudio, nós temos uma unidade de conservação que é a Estação Ecológica Mata do Cedro que foi instituída em 2000, por um decreto do Governador do Estado. São 1130 hectares de Mata Atlântica, é o remanescente mais expressivo de Mata Atlântica do Centro Oeste Mineiro. Essa unidade de conservação, embora criada, ela não havia ainda sido implantada, como até hoje não foi. Não há instalações físicas, não houve desapropriações nas terras. Um trabalho da promotoria do São Francisco em conjunto com os promotores de justiça do Alto São Francisco com as indústrias de siderurgias, através de medidas compensatórias e também investimento em tecnologia limpa para readequação ambiental da ordem de R\$ 3 milhões na indústria de siderurgia. Esse foi o trabalho desenvolvido, e eu tenho que fazer justiça ao meu colega o doutor Alex Fernandes Santiago, que me antecedeu na promotoria do São Francisco. Parte dessas medidas compensatórias, parte dessa quantia, ela foi destinada a Associação Regional de Proteção Ambiental, a ARPA 2, que a sede é em Divinópolis. E a ARPA com esse dinheiro que foi levantado com esse ajustamento de conduta dessa atividade, adquiriu cem hectares de Mata Atlântica, para viabilizar a implantação da unidade de conservação. Essa reunião foi justamente para isso, para celebrar a assinatura do compromisso de compra e venda entre a ARPA e o proprietário. Essa área vai ser doada ao Estado de Minas Gerais. Nessa ocasião que nós tivemos a oportunidade de contar com o doutor Gilson Soares, diretor da Funedi, nós tivemos uma promessa formal do secretário de Estado, o senhor José Carlos de Carvalho de que haverá implantação das unidades físicas que era a nossa intenção, pra instalação. A semelhança que nós já temos aqui, nós até já falamos com o professor Gilson, que nós vamos contar com a valorosa contribuição da FUNEDI, nos moldes do Parque do Gafanhoto, que nós temos aqui em Divinópolis e que todos os senhores conhecem. A intenção é essa, ter um Centro de Educação Ambiental e Pesquisa Ambiental, localizado na Mata do Cedro que fica em Carmópolis de Minas.

Shelley – Obrigado conselheiros. Ibama. Vamos seguir a ordem.

Marcelo Guimarães IBAMA – Por falar em educação ambiental, está sendo criado através de um decreto, uma Comissão Inter-institucional de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais, o CIEA. Ele vai ser caráter democrático, consultivo e deliberativo com a finalidade de promover a discussão, a gestão, a coordenação e o acompanhamento e avaliação dos programas, projetos e de implementar atividades de Educação Ambiental no Estado de Minas Gerais. Esses CIEAs vão Ter sedes em Varginha, Montes Claros, aqui em Divinópolis e Uberlândia. Nós estamos que saia o decreto, a turma já está trabalhando, têm várias instituições envolvidas, dentre elas o IBAMA, a Polícia Ambiental, o Ministério Público, a própria SEMADE. Se o doutor Shelley puder falar mais um pouco sobre esses CIEAs, se ele está por dentro da mais algum detalhe ou de quando vai sair esse decreto.

Shelley – Nós estamos trabalhando. Você sabe que nós tivemos várias reuniões, inclusive uma aqui em Divinópolis sobre os CIEAs, inclusive o doutor Gilson esteve presente com a gente. Nós tivemos no Norte, com uma reunião em Montes Claros, tivemos uma reunião em Varginha, tivemos uma reunião em Uberlândia e dentro dessas reuniões nós temos um grupo trabalhando em Belo Horizonte e esse grupo deve chegar a um denominador comum dessas reuniões todas pra gente poder ter essa deliberação. Eu acho que faltam alguns detalhes ainda de integração. Pelo que eu vi das regionais, precisa de ter um campo, o pessoal está trabalhando muito nisso em Belo Horizonte, tem um grupo grande trabalhando nisso. Ontem mesmo eu estava em Varginha, na reunião do COPAM do Sul, e a responsável pelos CIEAs, me procurou preocupada, com a mesma preocupação que você tem, para que isso possa começar a trazer fruto, mas empolgada com esse processo. Esse pessoal da área de educação entrou nesse processo junto com o órgão ambiental de cabeça e eu acho que é o momento da gente até o princípio do ano já ter isso regularizado. Eu espero e eu acho que está caminhando para isso.

Marcelo Guimarães – Outra coisa, foi realizada no dia 22 do mês passado, aqui em Divinópolis na sede da Polícia Ambiental, e a doutora Luciana pode falar um pouco melhor, uma reunião para tratar da segunda etapa da operação de revitalização do São Francisco, a nível da promotoria do Alto São Francisco, onde foram apresentados os resultados da primeira etapa, que foi identificação das ocupações irregulares, principalmente de ranchos na margem do rio. Foram cerca de 476 ocupações levantadas, a maioria já está com o termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público. Deve-se isso aí

ao empenho do doutor Alex e da doutora Luciana, a Polícia Ambiental e do próprio IBAMA que foi parceiro nesse processo.

Luciana Promotora – O projeto SOS São Francisco, que também é um projeto da promotoria do São Francisco em parceria com o IBAMA, com a Polícia Ambiental, que foram os parceiros iniciais, e o IEF também esteve na primeira edição. Foram identificadas as construções irregulares as margens do São Francisco, foram 476 construções irregulares no Alto São Francisco e os proprietários foram convocados para ajustamento de conduta para revitalizar a área. A segunda edição vai procurar não só as áreas onde há construções irregulares com aproveitamento econômico para agricultura, para a pecuária, ou então áreas degradadas que não estejam sendo utilizadas. O objetivo é elaborar um projeto, desta feita nós temos outros parceiros valorosos, como a Universidade Federal de Lavras, a FUNEDI, A ARPA 2 e a ARPA 3, e os nossos parceiros aqui já da primeira edição. O IBAMA e também a Polícia Ambiental já manifestaram interesse no projeto. Vai ser um projeto para revitalização da Mata Ciliar do Alto São Francisco e também para averbação das áreas de reserva legal dessas propriedades. Nós ainda não temos um projeto elaborado, isso vai ficar a cargo da Universidade Federal de Lavras. É um projeto ambicioso, mas que vai ter um bom termo como foi a primeira etapa, por que os nossos parceiros, o próprio Ministério Público, estão muito motivados e com sinalização positiva do início e execução do projeto.

Marcelo – Ainda sobre os CIEAs. Esse trabalho foi dividido em regiões, em quatro partes do estado e o que dificulta a implementação. O primeiro que foi instalado foi Divinópolis no qual a ARPA participou ativamente nos trabalhos e nas reuniões que ocorreram aqui na FUNEDI. Lembrando que nesse contexto, tanto da Mata do Cedro que já foi falado pela doutora Luciana, na operação SOS São Francisco a ARPA 2 é parceira indispensável em estar afirmando seus objetivos que é tratar de questões ambientais de pequeno, médio e grande porte.

Lucélio Fiemg – Eu gostaria de falar primeiramente sobre o início da fala do senhor aqui, sobre a questão dos licenciamentos. A gente vê claramente em gráficos, a preocupação sobre os licenciamentos, as empresas buscando esses licenciamentos. Assim como é evidente a preocupação com a certificação com a ISO 14000. No mundo no ano 2000, o Japão tinha aproximadamente 1000 empresas certificadas com a ISSO 14000 e hoje eles têm mais de 8 mil. A China em 2001 estava em 14º lugar, hoje já está ocupando a 9º posição. O Brasil hoje está em 20º ainda. Mas a gente vê essa evolução da preocupação

das empresas buscando o licenciamento, que seria o primeiro degrau, e outras buscando até mais, acompanhando a onda do mercado, buscando a certificações na ISSO 14000. Eu gostaria de falar sobre a 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente do município de Pains, onde foi promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e é pouca ocorrência desse jeito. Onde a secretária chamou a população para participar de um Plano de Ação sobre as questões ambientais. Então foi feito dois dias de trabalho, onde foi separado em grupos temáticos onde a população elaborou um documento no final do que seria interessante a secretaria trabalhar nos próximos três anos de mandato. Então é um modelo diferente, que em vez de a própria secretaria impor, ela ouviu a população sobre o que ela quer realmente. Foi um trabalho muito bom lá. Eu queria falar também sobre o 9º Congresso Brasileiro de Arborização Urbana que teve em Belo Horizonte na semana passada no qual a CEMIG foi a coordenadora e patrocinadora do evento. A arborização urbana é muito importante para nós, pois nós temos hoje cerca de 80% da população morando nas cidades e as cidades não foram planejadas para conviver com árvores. A gente lembra aí dos passeios estreitos, e todos os outros problemas que tem, e nós temos vários desses problemas aqui em Divinópolis. Estavam presentes pessoas de vários países, inclusive da Alemanha, onde foram apresentados o orçamento para arborização urbana para 2006, para a cidade de Amburgo. São 12 milhões de euros para trabalhar com arborização urbana. Seiscentas pessoas aproximadamente envolvidas nos trabalhos de parques e jardins e arborização urbana. Nós estamos longe disso, mas foram falados de problemas que eles têm lá que são semelhantes aos nossos. Nós não somos também tão diferentes. Nesse congresso teve a presença de cientistas e pessoas importantes do ramo, onde estava a preocupação muito grande em melhorar a qualidade da arborização urbana, onde 80 % da população está vivendo. É um interesse grande da CEMIG, principalmente das questões de conflito de rede e árvore. Esse congresso teve grandes avanços nos resultados finais.

Shelley –Muito obrigado.

Luciana – Eu gostaria de registrar um trabalho que a promotoria tem desenvolvido em conjunto com a FEAM, com o doutor Benjamin, com o doutor Jorge Homero, os técnicos. A FEAM tem sido uma facilitadora desse trabalho, nós convocamos os empreendimentos para o licenciamento ambiental, só em Itaúna nós já assinamos mais de vinte termos de ajustamento de conduta, encaminhando o empreendimento pro licenciamento ambiental. Contendo nos ajustamentos, medidas *** intigadoras, necessárias pra continuidade da atividade e a FEAM assina conosco, por meio do seu

procurador chefe, o doutor Joaquim tem participado conosco das audiências, assina como interveniente. A Fiemg tem sido também uma facilitadora, assim como também o Sindinova, sindicato de Nova Serrana, nós temos notícia ali de mais de 800 empresas em licenciamento ambiental e a doutora Laís pode aguardar uma demanda muito maior no NARC, eu acredito, fruto desse trabalho da promotoria do São Francisco com a FEAM.

Shelley – Sua palavra, Camilo.

Camilo de Lelis – Presidente, eu gostaria de comunicar que o nosso CIEA aqui de Divinópolis está funcionando a pleno vapor, com as reuniões em dia. Inclusive, nós estamos com nosso regimento interno já certinho, já aprovado. Estamos sentindo a ausência do representante do Ministério Público que não tem comparecido às reuniões e do Capitão Gerson, que com certeza têm boas contribuições a nos dar. Foi cobrado lá, eu sou representante do NARC, sou titular, então nós temos que fazer, se for possível hoje, escolher o nosso suplente, com um ofício indicando o titular e o suplente para regularizar essa parte. Se possível que o suplente fosse um funcionário aqui do grupo do NARC, não estagiário, um funcionário mesmo, pra ele dar esse apoio técnico que está faltando. E se possível com um ofício através aqui do NARC solicitando ao representante do CIEA que viesse aqui na próxima reunião e fizesse uma explanação do quê que é o CIEA e qual a função dele.

Shelley – Pois não. Eu queria que colocasse na próxima pauta que vai se em fevereiro, mas já colocasse isso lá. Inclusive vai estar mais adiantado, nós vamos ter notícias boas sobre o CIEA a nível de todo o Estado. Obrigado Camilo.

Gerson Soares Nogueira – Federaminas – Eu gostaria que a doutora Luciana respondesse a sua pergunta para que a gente escutasse a resposta, do envolvimento do IEF nos comitês de bacia nos processos de revitalização...

Shelley – Você ouviu de lá, né?

Gerson – Eu não escutei a resposta, porque ela falou em off.

Shelley - Pois não, ela vai falar.

Luciana – No projeto do SOS São Francisco nós convidamos o IEF e nós temos todo o interesse da participação do Instituto, mas por uma questão de

agenda o IEF não enviou um representante para a primeira reunião. Eu falei com o gerente aqui de Divinópolis, o Rogério Cardoso, ele me disse que tem interesse, eu falei inclusive com o próprio secretário de Estado que nós fazemos questão da participação da Semade. Nos temos que para as próprias reuniões, nós temos a certeza, que o IEF será uma presença marcada, isso já me foi adiantado. Comitê da Bacia, nós temos um representante na Bacia do São Francisco. Como foi um projeto inicial, foi a primeira reunião, nós ainda não fizemos um convite formal ao Comitê da Bacia do Rio Pará, que nós temos interesse também que participe, e se houver aqui presentes quem queira participar do projeto nós estamos abertos a isso e nós acreditamos, pelo menos é uma filosofia pessoal, que as diferenças sempre acrescentam e toda contribuição é sempre valiosa e nós vamos aguardar.

Shelley – Mais alguma coisa? Ok? Exame da Ata da 18ª Reunião Ordinária da URC, em discussão. Três, dois, um, em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. OK, aprovada. Vamos ao item 5 da nossa pauta, Processo Administrativo para exame de Licença de Operação e Pesquisa Mineral, a referendar. Eu gostaria de dizer que a empresa está presente e que a FEAM também está presente, NARC Alto São Francisco e FEAM. Bracom Mineração Exportação, lavra experimental a céu aberto de granito ornamental, Cláudio – MG. Item 5.1 da nossa pauta, em discussão. Capitão, por favor.

Capitão Valmir – A respeito desse processo, ele gerou muitas dúvidas na reunião de Itaúna e eu pedi vistas no processo. Tem um relatório para ser dito por mim que está em anexo, com a inclusão de algumas condicionantes sugeridos, para apreciação dos conselheiros. Se for necessário eu posso ler.

Shelley – Era com você fazer a leitura, pois você pediu vistas e a conclusão do seu parecer para que a gente possa colocar em votação e depois ouvir a empresa, de acordo com o desenrolar nós chamamos as coisas.

Capitão Valmir – Um dos motivos foi que haviam duas declarações da prefeitura, uma declarando que o empreendimento estava de acordo com a legislação municipal e outra declaração falando que no local daquele empreendimento tinha um valor cultural, paisagístico, arqueológico e arquitetônico, ou seja, contra o empreendimento. Então havia um posicionamento a favor e outro contra. Também com conselheiro Valério levantou detalhes sobre o relatório, e nós achamos por bem pedir vistas e diligenciar no local para ter uma impressão mais realista do que estava ocorrendo. Estivemos lá no dia 24 de novembro, acompanhado de um militar

que estava comigo, o Cabo Diniz e o Eloi que está aqui presente, engenheiro da FEAM, do Alder, engenheiro de Minas, pertencente ao quadro técnico do NARC Alto São Francisco. Eu vou ler sinteticamente o relatório para fácil entendimento. Item 1: no local existe uma pequena lavra experimental de granito a céu aberto com indício de recente atividade, explorada em grande maciço rochoso, do granito aflorante. Possui no entorno uma topografia composta de grotas e vales, com vasta vegetação tipo cerrado, comum na região montanhosa do município de Cláudio, com extensão da área ****jus ant que é formada por pastagens. No momento da fiscalização não havia atividade minerária. Item 2: realizamos incursão no raio de 80 metros do maciço mineral e não detectamos presença de nascentes d'água. Enquanto ao Ribeirão Palmital, este se localiza visualmente a mais de 600 metros da área explorada. Item 3: a área onde foi exercida a atividade de mineração até o momento é de 800 metros quadrados, com utilização de explosivos e equipamentos de fio diamantado. Existem resíduos de fragmentos rochosos, devido à retirada da superfície do maciço rochoso, sendo estes depositados aleatoriamente. Estimamos em 50 metros de ***estéreis de rocha, que devem ser dispostos em local adequado, bota-fora ou utilizados para barreira de contenção e na barreira de contenção. Item 4: foram construídos muros de contenção com pedras sobre a estrada de acesso e dois pequenos diques de pedra com intuito de se evitar o carreamento de resíduos sólidos por ação das águas pluviais. Observamos um ponto a **** jus ant da lavra onde mostravam um carreamento de terra em pequena quantidade. Neste local deve ser providenciado a imediata construção de bacia de contenção. Item 6: por ser uma atividade degradadora, que causa grande impacto ambiental, deve ser efetivamente implantadas as medidas ****miticadoras capazes de evitar a exploração desordenada e sem planejamento da área em tela. Pelo que sugerimos a inclusão de condicionantes para a devida análise dos conselheiros. Relação de condicionantes: direcionamento das águas pluviais através de curva de nível ou escadas dispersoras de energia, construção de bacia de contenção tipo cacimba para recebimento das águas pluviais, prazo de um mês. Construção de barreira de contenção a **** jus ant do empreendimento. Providenciar disposição adequada para rejeitos da rocha, bota-fora, prazo de um mês. Apresentação de medida compensatória e recuperação de uma área de no mínimo 3 hectares, se possível próximo aos mananciais e APP ali da região mesmo. Apresentar um projeto educativo ambiental, abrangendo a população local, uma vez que há manifestações contrárias. Então a empresa dentro do possível deve fazer esse projeto de educação ambiental das imediações. Essas são as sugestões para análise dos conselheiros.

Shelley – Antes da análise dos conselheiros eu gostaria de saber se a FEAM tem alguma coisa a completar, ou o NARC. Não? Está tudo OK? Eu gostaria então de ouvir o empresário, ou o representante se tem alguma coisa a completar.

Jesus – Eu estou aqui na qualidade de vizinho do empreendimento, eu tenho uma pequena área lá. Esse empreendimento ele vêm encontrando problemas desde o ano 2000. Quanto a eles, existe uma ação civil pública impetrada pelo representante do Ministério Público da Comarca de Cláudio, que ainda não está transitado em julgado. Existem também recursos na FEAM a respeito desse empreendimento. A gente acha o seguinte, muito embora a questão não tenha sido constatado nascente lá no local do empreendimento, agora com o período das chuvas, os senhores vão ver que a água começa a brotar no local onde está sendo explorado. Nós temos uma preocupação muito grande, por que a água que desse de lá, inclusive deságua no Córrego Corumbá que cai no Rio Para que conseqüentemente faz parte da Bacia do São Francisco. É Córrego Palmital ou Córrego Corumbá. Eu gostaria de pedir a atenção dos senhores nesse sentido aí, por ser um empreendimento de alto impacto ambiental e hoje a questão do Meio Ambiente é tão preocupante, porque o Meio Ambiente é um patrimônio de todos nós e nesse caso, o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado. Muito obrigado.

Shelley – O empresário está presente? Por que ele era o representante da comunidade. Não sei se o empresário gostaria de usar a palavra, é um direito dele. Não? A FEAM foi citada, gostaria de colocar alguma coisa? O processo está lá? Porque esse é um processo que veio pra cá e já tinha uma sequência e eu só gostaria de ouvir se tem alguma coisa que se possa colocar antes da gente colocar em discussão pelos conselheiros.

Eloi FEAM – Além desse processo, existe um processo de Auto de Infração que está na FEAM realmente. O único recurso que pode haver é quanto a isso.

Shelley - Eu acho que todas as informações, inclusive o relatório a gente pode colocar... Capitão Valmir por favor.

Capitão Valmir – Por que foi citado na denúncia e na própria manifestação da prefeitura que tinha valor arqueológico, paisagístico, e eu procurei algumas pessoas da comunidade, inclusive a senhora Derci, que tem o e-mail dela que consta nos autos a reclamação, e ela mesmo relatou que a preocupação dela

mesmo é em relação à água. Lá realmente é uma área de carga, que está no topo de um morro e um vale abaixo, mas a área do empreendimento é uma área pequena e sendo adotada as medidas ***miticadoras corretamente, se forem cumpridas...Como nós detectamos lá havia um pequeno assoreamento e com essas bacias de contenção devidamente planejadas, calculadas, elas vão absorver esse carreamento que no meu entendimento é natural, porque para descascar a rocha inicialmente uma parte do solo que vai ser carregada. Mas normalmente a atividade de mineração é um pouco impactante, mas tem que ser adotadas as medidas de contenção. Outras pessoas da comunidade que eu consultei, desconhecem valor arqueológico, histórico que envolva essa questão. Mas tem que haver uma análise realmente, uma vez que existem duas manifestações da prefeitura quanto a essa questão. Há a meu entender, uma briga política em relação a esse respeito. A preocupação histórico, cultural ou artístico, eu não vi. A não ser a preocupação com a área que é uma área de carga, mas com as medidas ***miticadoras poderão evitar qualquer dano ao meio Ambiente.

Shelley – Em discussão, por favor.

Shelley – As pessoas que se inscreveram irão se pronunciar depois dos conselheiros. Sempre quem pede a palavra tem direito de falar. Aqui todo mundo tem o direito de falar e voto decide as questões. Os senhores vão ouvir todas as questões e depois tem a proposta do conselheiro que foi o relator do processo, que vai estar fazendo algumas considerações quanto às condicionantes, depois a gente votaria as condicionantes e o pedido que está aqui. Esse é um processo que veio de Belo Horizonte, feito pela FEAM e está sendo julgado aqui por ser desta região. Conselheiros por favor.

Gilson - Eu fiquei com uma pequena dúvida, por Cláudio é a primeira cidade da região Centro Oeste que tem um plano diretor, que foi feito há dois anos atrás e aprovado pela Câmara. E eu não sei isso dentro do Plano Diretor o quê que representa, mas como já foi pedido vistas e eu acho que as condicionantes que o Capitão coloca ajuda a resolver uma série de coisas, até pela confiança que eu tenho até na pessoa do Capitão. Eu vou votar a favor, mas eu queria só registrar que existe esse Plano Diretor e não sei se em algum momento existe alguma coisa que pode confrontar.

Shelley – Mais alguém gostaria de falar alguma coisa?

Luciana – Diante desta notícia que existe uma Ação Civil Pública proposta pela promotoria de Cláudio em fase desse empreendimento, eu não tenho segurança para votar em conhecer primeiro o teor desse processo. Então eu gostaria de solicitar vistas desse processo e sugiro que ele seja colocado em votação na próxima sessão.

Shelley – Vistas, eu não posso mais já foi pedido. Mas eu posso baixar em diligência já que apareceu um fato novo que não havia sido colocado. Eu acho que na medida que um conselheiro tenha algum problema, baixa-se em diligência para que ele se informe melhor. Mas nós temos a obrigação na próxima reunião de trazer esse dado aqui para que ele seja votado ou não, ou sim ou não. Apenas para a próxima reunião eu queria esse item em pauta, o primeiro item da pauta pra gente ter as informações necessárias para poder votar, retornando as condicionantes que foram colocadas pelo capitão Valmir. Dito isso...

Eustáquio Valério – Eu fiquei em dúvida também nesse processo porque tem uma licença na prefeitura que não foi favorável a esse empreendimento. Eu queria deixar registrado também.

Shelley – Também é o caso para você analisar o processo, que está em diligência e todo conselheiro tem direito a ter acesso ao processo e fazer as suas observações.

Pedro Coelho – Gostaria de só para esclarecer as questões jurídicas, que quando foi elaborado o parecer jurídico não constava ainda a nova declaração da prefeitura retificando. Fica claro nessa nova declaração que a prefeitura diz: o empreendimento não está em conformidade com as leis e regulamentos do município. Isso é só para esclarecer para os conselheiros.

Shelley – Lembrando que existem condicionantes propostas pelo relator para não acabar com tudo o que foi colocado pelo Capitão, ele está colocando condicionantes, não é que ele está dizendo que está OK hoje. Ele está colocando que vão dar condição, é isso só. Condicionante pode regularizar, desde que você esteja de acordo com isso. Bem, está decidido. Esse assunto vai voltar na próxima e é um assunto morto hoje. Mas de qualquer maneira, como ela escreveu no livro, eu vou dar um minuto pra senhora.

Adeci – Eu queria só dar um parecer sobre o que a doutora falou agora a pouco sobre Carmópolis. Eu sou uma das pessoas que estou trabalhando nisso

ai, pelo Meio Ambiente, pela proteção da fauna e flora e a água. Eu trouxe umas fotos, se vocês quisessem dar uma olhadinha.

Shelley – Depois você as faça girar entre os conselheiros.

Adeci – Muito bem. Eu queria frisar o seguinte: nós temos lá uma grande população de animais silvestres, de pássaros e de árvores que estão sendo destruídas para exploração da pedreira, além das nascentes que eu tenho uma foto aqui para o pessoal que quiser dar uma olhadinha.

Shelley – Muito obrigado a senhora. Vamos passar para o pessoal. De qualquer maneira na primeira reunião do ano, ele volta à pauta. Próximo item. Item 6 da nossa pauta. Processo administrativo para Exame de Licença de Operação Corretiva, eu sempre coloco 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6, mas tem alguns problemas aqui. A classe 6.2 é pelo indeferimento, 6.4 indeferimento e a parte 6.5 a gente tem um pedido aqui pra retirar de pauta e eu vou pedir pra retirar de pauta e vou depois passar para a coordenadora e para quem me mandou os bilhetes, para explicar o porque que vai retirar de pauta e justificar. Nós vamos fazer o seguinte, por destaque, eu vou colocar o bloco em julgamento e por destaque se algum conselheiro quiser destaque, diga. Às vezes tem algum que todo mundo está de acordo e a gente já vota. Então bloco 6, Processo Administrativo para Exame de Licença de Operação. 6.1, 6.3, 6.4 e 6.6. Vocês fizeram uma confusão aqui que eu nunca vi em lugar nenhum. Eu coloco então 6.1,6.2,6.3, eu coloco em destaque. Desculpa gente. Eu coloco então 6.1,6.3 e 6.4, em destaque. Então agora vai ser individual mesmo, não adianta todos tiveram destaque. Vamos lá 6.1 – BC Refratário Indústria e Comércio Fabricação de Argamassa, esse não teve destaque e eu sei que a gente vai votar direto. Então 6.1 – BC Refratário Indústria e Comércio Ltda, Fabricação de Argamassa e Concreto e Refratário – Divinópolis. Em discussão. 3,2,1. Em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está, aprovado. 6.3 – Usinagem de Itaúna Indústria de Mecânica e Comércio Ltda – Usinagem e Caldeiraria – Itaúna – MG. Em discussão.

Lucélio Fiemg – Nas condicionantes no item 7, só reforçando a pedido da Fiemg, a posição sobre o prazo de trinta dias dos fornecedores, aquela velha história que a Fiemg tem a posição de quem em trinta dias não é possível. Então ela ratifica aqui que em trinta dias não é possível.

Shelley – Propostas?

Lucélio – Não.

Shelley – Retirar ou proposta de 90 dias ou 120 dias. Tem que fazer uma proposta pra gente votar.

Lucélio – A proposta da Fiemg é o que fala aquele recurso do Estado, dois anos.

Shelley – Dois anos em vez de trinta dias como está no processo, é isso?

Lucélio – É a proposta.

Shelley – Eu coloco em discussão.

Pedro Coelho – É só para lembrar que na reunião passada foi discutido o assunto e chegou ao entendimento que a gente adotaria em todas as reuniões a redação que foi proposta naquela reunião passada. Inclusive que foi votada.

Gilson – Só uma observação. Que aquele dia a proposição foi minha e ficou que a gente não discutiria mais isso. Que ficaria esse prazo colocado de 30 dias, mas também ficou que caso o conselheiro tivesse uma boa justificativa em cima de um caso ou outro ele poderia argumentar e solicitar um prazo maior. Mas não alterar mais o tempo, porque esse tempo é de trinta dias.

Shelley – Eu quero só dizer uma coisa. Essa é uma decisão do Copam Regional, a Fiemg está entrando na Justiça e ela tem todo o direito de entrar na justiça em oposição à decisão da Câmara. É um direito dela em outra instância e é um direito dela, e ela está entrando na justiça na maioria dos casos desse tipo de caso.

*****Humberto Soares Nogueira – Federaminas** – Eu acho que está havendo uma pequena confusão, os dois anos é sobre os 120 dias e não sobre os trinta.

Shelley – Isso mesmo. Exato.

Átila – Embora a decisão da Reunião de Itaúna, por opinião do Gilson, que esse assunto não entrasse mais em pauta, uma vez que já está decidido e que o Copam adotou esses prazos, mas isso não impede evidentemente a voz da Fiemg que nós registramos, e vamos continuar registrando que esse prazo é

exíguo para que o empreendimento possa licenciar, uma vez que o Estado não licencia menos do que esse prazo.

Shelley- Isso é um direito e por isso eles estão entrando na Justiça. Então está claro isso? Mais algum problema? Mantém então mais um pedido da Fiemg pra mudar que ela não concorda, mas se mantém aquilo que a Câmara colocou e aprovou na última reunião. Os prazos acordados e votados. Mais alguma coisa. Item 6.3. Eu coloco então em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. Mantido os prazos acordados pelo conselho na última reunião e votado. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. OK. Aprovado. Item 6.4. – Fundação *** Vag José Ltda – Fundação de Ferro Fundido de Cláudio – MG. Capitão, por favor.

Capitão Valmir – Esse processo veio de Belo Horizonte e tem de incluir a condicionante padrão que nós votamos. A inclusão da condicionante de apresentar a licença, a autorização ambiental dos empreendimentos recebedores das sucatas metálicas geradas no processo produtivo. Aliás, é o contrário. Apresentar dos fornecedores de matéria prima no prazo de trinta dias se não houver no prazo de 120 dias. Essa é a minha posição, uma vez que já é o procedimento adotado aqui no Copam.

Shelley - Alguém gostaria de falar? Mais algum conselheiro?

Licídio Feam Belo Horizonte – Na realidade houve uma intervenção da Fiemg em Belo Horizonte, suprimindo essa condicionante para todo tipo de empreendimento. Não sei se é um caso específico para Cláudio permanecer. Era o procedimento normal nosso até um tempo atrás, até uns seis meses atrás, houve então uma intervenção da Fiemg no sentido de que essa proposta dessa condicionante, não especificamente para Cláudio, mas no âmbito total do Estado, ela foi suprimida em outras instâncias.

Shelley – Eu acho que o conselho tem toda liberdade de aprovar o que bem entende, é lógico que se começar a haver choque entre a Câmara e o Conselho, a gente poderia levar isso para o Plenário do Copam para uma decisão mais dinâmica, mais geral. De toda maneira fica continua válido o que foi aprovado, que é um direito de vocês conselheiros. A Fiemg está entrando na justiça, contra esses casos, o que é um direito. Isso pode ser levado a Plenário para julgamento, caso seja pedido, esse ano não vai mais, pode ser que seja no ano que vem, mas enquanto a gente está regulamentando isso é uma decisão

da Câmara e ela é soberana aqui nesse momento nessa reunião. Nem o presidente que sou eu não posso ir contra uma decisão de um ato democrático.

*****Eu vou fazer só um acréscimo aqui, em relação a esta decisão. Isso é fruto de um trabalho aqui do NARC de algum tempo. Isso foi motivo de impacto. Primeiro venceu-se o prazo, houve um segundo pacto que vigência parece, o ***hidro, o movimento sanitário, fluvial, é comum a qualquer empreendimento. Especificamente no caso de Cláudio, a condição, emissões atmosféricas, resíduo sólido e a lama gerado no sistema de lavagem de ***, esse produto hoje está sendo levado para um aterro da prefeitura, até de forma clandestina. Quando me passaram esse processo, na ausência do Jorge Hom****, eu ontem em casa eu fiz um levantamento na internet, eu acho que de valia para alguém do sindicato, se não houver alguém do sindicato poderia passar para a senhora promotora, é uma folha em frente e verso. “Produção mais limpa, casos de sucesso na área de fundição. É uma empresa bem semelhante ao porte da empresas sediadas em Cláudio, tem alguns tópicos: Identificação da Oportunidade, Medidas Adotadas, Investimentos, Resultados Obtidos, Ações Futuras. Se hoje pra nós em Cláudio é um problema a destinação desse produto de resíduo sólido gerado lá na ***Lagoa de Gas, o resultado que foi obtido em São Paulo pode ser um caminho interessante para a turma de Cláudio. Então a senhora fica como portadora.

Luciana – Retornando a essa questão do licenciamento dos fornecedores, eu só gostaria de lembrar que o acesso à Justiça o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional. É uma garantia constitucional, está no artigo 5º, é uma cláusula ***petra, não pode ser suprimida da nossa constituição e nosso estado de direito. Então o conselho é deliberativo, ele decidiu dessa maneira, ele não pode ficar com essa preocupação que se a Fiemg está buscando a via judicial, é uma garantia que a Fiemg tem assim como qualquer outro cidadão, qualquer outra entidade, de buscar o pronunciamento judicial a respeito de um determinado assunto. A decisão do Copam Regional é soberana e nós podemos sustentar o nosso posicionamento já exposto em outras reuniões, exaustivamente já discutido e questionado.

Shelley – Graças a Deus que nós estamos em um país democrático e temos o direito de procurar nos defender.

Gilson – Eu gostei muito do pronunciamento da doutora Luciana. Eu acho que é um direito, e quando eu falo da Fiemg eu estou falando de uma grande parceira da Funedi. Agora houve um posicionamento do conselho e que eu acho que a partir desse momento o conselho não pode receber pressão. Eu acho que a decisão está tomada e acabou. É um direito entrar na Justiça e ir até as últimas consequências, se perder tudo bem. Mas eu insisto que uma vez tomada aquela posição, porque nós tomamos aquela decisão? Porque já tinha três ou quatro reuniões que a reunião não andava, por que não se tinha decisão em relação a isso. Tomou-se uma decisão, então agora é isso.

Shelley – No envolvimento nós estamos recebendo algumas propostas que foram analisadas em Belo Horizonte, então elas vêm de Belo Horizonte analisadas a mais tempo. As que estão sendo feitas agora depois definidas isso, já estão encontrando, nos processos antigo é que às vezes vêm sem essa decisão, por que ela foi tomada posteriormente.

Átila – Com relação ao que o Licídio comentou sobre uma produção mais limpa, eu gostaria de informar que a Fiemg implantou esse projeto em Divinópolis e Itaúna, com a participação de nove empresas, o projeto já concluído, com resultados bastante explicativos, economia de energia, diminuição de resíduos, enfim. É proposta nossa estar levando depois para Cláudio, esse mesmo projeto em parceira com o ***IEL, Fiemg e Sebrae.

Shelley – Acrescentando novamente o item que está discussão eu coloco em votação o item 6.4 para inclusão do que foi decidido e votado pelo Copam do Alto São Francisco. Quem estiver de acordo se mantenha como está. Aprovado. Item 6.2. Metalúrgica ****Jano Ltda – Fundação de Peças de Ferro e Aço Divinópolis – pelo indeferimento da Licença de Operação Corretiva, em discussão. O empresário está presente? Está? Daqui a pouco eu dou a palavra. Em discussão. Não nada? Nada para ser colocado. Quem tiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Item 6.5 – eu queria que me explicassem por que retirar de pauta ou não. Frigorífico Vale da Conquista. Doutora Laís, por favor.

Laís – A solicitação da retirada da pauta do processo Frigorífico Vale da Conquista se deve ao fato de que a técnica que acompanhou esse processo já desligou-se da Feam. Então esse processo veio para o NARC Alto São Francisco e nós solicitamos ao conselheiros que dêem um tempo para o NARC proceder a vistoria ao empreendimento.

Shelley – Eu acho que é a única maneira, não tem condição de uma pessoa que já se afastou vir defender que ela fez. Então nós precisamos de rever o processo, de fazer vistoria para que a gente possa apresentar na próxima reunião. Foi retirado de pauta. Está justificado. Item 6.6 . Granja 2R – Espólio de Ricardo Rachid Gontijo, avicultura de postura e *****cultura – Divinópolis – MG. Em discussão.

Camilo de Lelis – Eu gostaria que acrescentasse na condicionante que trouxesse ao processo a nota fiscal da venda do esterco, da cama de frango. Por que nós sabemos que a maioria dessa cama de frango, apesar de estar proibida, ainda é usada para alimentação animal. No caso dessa granja, os dois galpões de cria e recria das frangas, pode ser usado para isso. Então eu gostaria que colocasse essa condicionante e apresentasse a condicionante da venda da cama de frango.

Shelley – Está certo. Ok.

Luciana – O técnico informou aqui que uma das maneiras mais eficazes de combater a proliferação das moscas é, se eu não estiver enganada, é retirando o esterco, é isso? E a condicionante não estabelece um prazo, uma periodicidade para a retirada desse esterco. Então eu gostaria que isso fosse fixado, para evitar que isso fique somente a critério do empreendedor e talvez haja um prejuízo na proliferação dessas moscas e trazendo maior incômodo para a população que é vizinha ao empreendimento, ou mesmo algum outro dano ambiental.

José Antônio – Aqui na região nós temos notado que o esterco é retirado no prazo da muda forçada, com 75 semanas de idade. Tem regiões que tiram com 15 semanas de idade, isso depende do manejo, depende das condições de instalação da granja. A granja tem piso baixo aqui, e se for retirada em 10 ou 15 semanas, vai dar muito estresse nas aves. Por exemplo, eu tive visitando uma granja no norte de Minas, ela já tem galpões que está acima do solo dois metros e vinte. Então já está entrando trator debaixo dessas granjas para retirar esterco todo dia. Aqui ainda não tem essa tecnologia para montagem de galpões para realizar esse tipo de trabalho.

Camilo – É procurar implementar essa tecnologia aqui futuramente.

Marcos Vilela – Justamente em cima dessa condicionante que a doutora levantou é que hoje nós estamos tendo um problema sério com a Granja São

Geraldo. Eu acho que a gente deve estar trabalhando em cima das referências mais atuais, igual o José Antônio comentou agora em relação a granja do norte de Minas. É uma preocupação muito grande e provavelmente nós vamos ter problemas com relação a proliferação de moscas na comunidade próxima ao empreendimento. Eu acho que a gente deve estar elaborando melhor essas condicionantes no que se diz na remoção de esterco no combate às moscas.

Luciana – Se fosse o caso, o técnico pode esclarecer melhor, estabelecer um prazo máximo para retirada desse esterco, por eu sei da Granja São Geraldo, tão falada aqui, que a retira com mais de noventa semanas e não há um critério. Se há um estresse das galinhas, com o perdão da brincadeira, a gente tem que se preocupar com o estresse das pessoas que ficam com as moscas, com os problemas. Antes que estressemos as galinhas então. Vamos estabelecer um prazo máximo, um limite para a retirada desse esterco, para evitar o sofrimento depois como a gente está vendo aqui em Divinópolis.

José Antônio – O prazo sugerido por mim seria de seis meses, daria um bom prazo para retirar essa cama debaixo das gaiolas.

Marcos Vilela - Dentro do que foi mostrado, dentro das condicionantes levantadas, principalmente em relação a Granja São Geraldo, no último licenciamento que ela teve de operação, parece que consta que a remoção do esterco seria de 5 em 5 dias.

José Antônio – sobre a Granja São Geraldo a gente vai tratar no final.

Marcos Vilela – Eu estou querendo simplesmente dar um exemplo de como seria feito com essa granja que está sendo licenciada hoje. Que se produz um mesmo produto a normativa deve ser igual para todos. Independente de onde seja, em todos os lugares onde estão instaladas essas granjas, existe moradores no entorno. Igual a doutora falou a gente tem que preocupar com a qualidade de vida das pessoas que moram no entorno da granja.

José Antônio – A primeira coisa que nós temos que observar é que as granjas situadas aqui em torno de Divinópolis, todas elas não estão dando problema. Todas elas estão tendo o monitoramento, o controle dessa infestação, tudo dentro do padrão normal. Agora só ela é que está dando problema. Então eu não vejo porque fazer uma normativa para atender todas as outras granjas que não estão dando problema. Agora retirar de 5 em 5 dias, nem tem esterco e em quantidade suficiente e mão de obra para retirar esse esterco.

Marcos Vilela – Mas porque que anteriormente, dentro da primeira licença que foi dada, existe esse prazo dentro das condicionantes? Por que um pode trabalhar de uma forma e os outros não podem trabalhar da mesma forma?

José Antônio – Eu sugiro que essa discussão seja realizada quando for apresentado o relatório sobre a Granja São Geraldo. No final vai ser discutido isso.

Shelley – A empresa está presente? Eu gostaria de ouvi-los.

Emílio *** - consultor da Granja 2R.** – Senhor gostaria que se respondesse sobre qual assunto especificamente?

Shelley – Eu sempre dou a palavra ao empresário, para que se ele quiser dar alguma explicação, alguma informação aos conselheiros por parte da empresa. Nós ouvimos os técnicos e se a empresa quiser falar, não é obrigado. Eu sempre abro à empresa quando ela está presente. Então se você quiser colocar alguma coisa que ajude os conselheiros.

Emílio – Eu gostaria sim. Tecnicamente falando, o esterco quando ele está no castelo maior e mais seco, a multiplicação dos inimigos naturais das moscas é muito grande, por isso que se deixa por mais tempo. De uma certa maneira, quanto mais velho o esterco, menos mosca tem. Pois haverá uma fauna muito grande dos inimigos das moscas. No caso específico de uma recomendação para a retirada a cada 5 dias é um caso extremíssimo, inclusive eu acompanho em parte, pois sou consultor da Granja São Geraldo. Só se faz isso em caso extremo, pois envolve muita mão de obra, muito estresse, é anti-econômico e tecnicamente falando não se recomenda isso por que quanto mais rápido se tira um esterco mais se perpetua a população de moscas dentro de um certo limite. O correto, se me permitem, seria aprovar com todo respeito, a retirada periódica a cada seis meses, por que concilia entre o critério técnico, a mão de obra e eventualmente a necessidade de venda desse esterco em [epoca apropriada.

Luciana – Atendendo a sugestão do técnico eu gostaria de sugerir que a condicionante ele viesse nesse caso específico então, com prazo máximo para a retirada do esterco com 24 semanas. Seria seis meses. Seria o prazo máximo. Ficaria a critério do empreendedor de retirar com menos prazo ou se houve uma necessidade extrema a sugestão administrativa para a retirada em um prazo menor. Mas nesse caso específico depois a gente poderia verificar nos

demais casos de há uma viabilidade de reduzir esse prazo. Mas por enquanto, eu sugiro que nós acolhamos a orientação do técnico do NARC.

Shelley – Conselheiro, por favor. Eu queria só dizer que todo conselheiro suplente tem o mesmo direito a voz de todos os conselheiros que estão sentados aqui à mesa. Só que durante o voto é um só.

Roberto Soares – Federaminas – Eu preso muito, respeito muito as opiniões do Marcos, mas eu acho que ele está cometendo um equívoco enorme aí. Você não pode criar norma em cima de exceção. A norma é feita para a normalidade, o que é exceção tem regra à parte para ser tratado de forma diferente.

Marcos Vilela – Acontece que essa granja já vem tendo esse tipo de problema com a comunidade há quase nove anos. A Granja São Geraldo.

Shelley - Espera aí. Vamos nos ater ao item 6.6, que nós estamos analisando. Granja São Geraldo está aqui no item 9, nós ainda vamos discutir.

***** - Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao técnico nosso do seguinte. Na condicionante número 1 está aqui: providenciar a demarcação da reserva legal junto ao órgão competente e a sua averbação junto ao cartório de registro de imóveis. Se ele vai ter que recompor essa área ou não, ou é só cercar? Pois eu tenho observado o seguinte: quando o empreendimento tem que recompor a área, ou de reserva legal ou de recuperação, ela tem uma certa dificuldade de conseguir licença do IEF para entrar nessa área e fazer a manutenção. Por que se fosse recuperação que já saísse autorizado daqui, para poder entrar nessa área e fazer a manutenção dela.

José Antônio – A demarcação da reserva, é pura e simplesmente, se da renovação da *****.

Shelley – Ok, gente? Bem, então eu vou colocar em votação e depois voto as condicionantes que foram colocadas aqui. Eu coloco em votação, quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Condicionante número 1, Camilo por favor, o senhor repete por favor.

Camilo – A condicionante número 1 é de que se apresentasse mensalmente a destinação da cama de frango com nota fiscal.

Shelley – Está claro para todo mundo? Posso colocar em votação? Não tem dúvida? O prazo para essa condicionante, eu acho que é imediato. Aprovação desta nota fiscal, eu coloco em votação, quem tiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Vamos a Segunda proposta que é o prazo que foi colocado aqui. O prazo que foi colocado pelo técnico é de 6 meses. Mantém o prazo que está na própria proposta. Está claro? Então eu coloco em votação, quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Item 7. Processo Administrativo para Exame de Auto de Infração. Item 7.1 – Blinice Indústria, Comércio e Distribuidora de Bebidas Ltda – Ex Indústria e Comércio de Refrigerantes Paloma Ltda – Cláudio – MG.

Camilo - Esse processo eu pedi vistas dela na última reunião pelo seguinte. Por que era proposto pelo departamento jurídico a multa e a paralisação da empresa pela razão de eu ter pedido vistas. As condicionantes estão quase todas cumpridas, exceto a construção da foz que está dependendo de uma licença que está protocolado aqui desde 2004 na FEAM de um outro licenciamento e envazamento de água mineral. Por eles foram furar os poços artesianos e não deu água mineral. Então eu sou favorável a permanência da multa, porém sem parar as atividades da empresa. Isso ajuda a agilizar esse processo.

Gilson - Acho que a proposta do conselheiro é ótima. Acho que é exatamente isso. Acho que não adianta barrar a coisa se tem outra possibilidade.

Shelley – Eu também acho. Se ele está cumprindo todas as condicionantes como foi dito, sendo que falta apenas um. Mais alguma consideração dos conselheiros?

Capitão Valmir – Eu concordo com o posicionamento do Camilo. Na reunião passada, foi discutido, apesar da empresa ter adquirido a nova empresa e a assumiu, mas o passivo ambiental, o descumprimento das condicionantes foi realizado pela outra empresa, então ela assume o passivo. E como só falta uma condicionante, segundo o que eu li no relatório do Camilo, eu creio que a autuação deve ser mantida com certeza, mas já que só falta uma condicionante que seja a ela dada essa oportunidade para estar regularizando a situação.

Shelley – O empresário está presente? Pois não.

Leslie – diretor Blinice – A única coisa que eu gostaria de pedir era o seguinte. Nossos esforços foram todos voltados nos últimos 8 meses em

função do cumprimento das condicionantes e eu gostaria de agradecer a vistoria feita pelo Camilo e gostaria de pedir que se repensasse a questão da multa. Nos últimos oito meses, nós gastamos mais com as condicionantes do que com a folha de pagamento. Então eu gostaria que vocês dessem uma reavaliada.

Shelley – Nós não temos como reavaliar aqui. Nós não temos esse poder. O que você pode é fazer um recurso, você tem um prazo legal para fazer esse recurso, que são vinte dias se não me engano. O nosso advogado pode te instruir nesse aspecto, mas nós não temos como ir contra um parecer já definido. Então eu coloco em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está. Aprovado. Contra o fechamento nós já retiramos. Nós estamos votando exatamente o parecer do conselheiro. Ele já leu o parecer e não precisa de repetir, acho que todo mundo está de acordo. Foi exatamente o parecer do conselheiro que pediu vistas que nós estamos votando. Prefeitura Municipal de Pains – Área de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos – Pains. Há um pedido? Rogério...

Rogério Nossi – Houve uma colocação de posição de pauta e há um direcionamento específico por parte de Belo Horizonte, a respeito exatamente desse plano de pauta que ele é genérico em Minas Gerais pela imposição da infringência de DN-52, e que no total foram aplicadas em torno de 543 autos de infração em prefeituras municipais com relação a lixões. Tanto a SEMADE quanto a FEAM articularam para que as unidades regionais procedam realmente dentro do nível de capacitação, avaliação e emissão de parecer técnico e parecer jurídico. Mas esses processos todos serão colocados em discussão na ****CIF em Belo Horizonte para que haja uma articulação única e uma padronização única em relação a esses 543 autos de infração. Para que não possa realmente existir nada em relação a um padrão de análise por parte de um conselho. A decisão que está sendo colocada a nível da ****CIF para que haja uma padronização específica das instâncias, por que esse vai ser um julgamento de Auto de Infração. Haverá ainda reconsideração e os aspectos de recurso à plenário. E como a situação é de uma certa maneira meio caótica, em relação a 853 municípios, 543 foram autuados em relação ao processo, que hoje inclusive está sendo aferido e debatido na Fiemg em Belo Horizonte quando será apresentado o “Minas sem Lixões”, isso é o motivo que a gente solicitou ao presidente que fosse retirado de pauta. Haverá um conhecimento específico para os senhores no universo da regional quando isso vier a ocorrer. Por que nos impactos, nada mais saudável do que o próprio núcleo em que é a própria unidade regional colegiada tomar conhecimento específico do que

estará sendo discutido. O pessoal aqui é convocado da seguinte forma, como existem vários procedimentos em termos de regionais, haverá exatamente a situação de que o consultor jurídico, a parte técnica local se deslocará à Belo Horizonte na situação de assessorar o pessoal de Belo Horizonte nas defesas junto ao *****CIF. Era isso que eu gostaria de explicar aos senhores.

Shelley – Isso é exatamente padronizar, senão a gente começa a trabalhar cada região de uma maneira. Mas tem uma coisa que nós já fizemos, Rogério, que nós já fizemos que é importante dizer aqui, e que vale pra todas essas prefeituras. Nós fizemos com Barbacena. O prefeito de Barbacena foi com sua equipe toda ao Copam da Zona da Mata e numa reunião em Visconde do Rio Branco ele fez a defesa do aterro dele, pedindo uma prorrogação de prazo, que era justificada dentro do caso dele tinha uma justificativa bastante plausível. A plenária do Copam então fez uma moção, essa moção reforçou o pedido do prefeito. Foi um pedido do próprio Copam Regional com uma moção. Isso foi levado ao Copam, à plenária do Copam, o prefeito foi com toda a sua equipe e ele pessoalmente assumiu o compromisso tudo estaria pronto, justificou porque que ele não tinha condição de atender. O Copam votou por unanimidade dando o prazo de seis meses pra ele, com 33 votos de unanimidade e com o pessoal elogiando a coragem dele de pessoalmente ir lá e dizer que nesse dia está pronto, eu garanto e está o meu pessoal todo aqui e etecetera. Eu não estou dizendo aqui o que eu acho da decisão do Copam, não estou fazendo julgamento de valor, estou apenas dizendo que já que o Copam da Zona da Mata agiu desta maneira para a prefeitura de Barbacena, nada impede que prefeituras daqui venham pedir moções ao Copam Regional para que seja defendido na plenária do Copam, pedindo um prazo a mais desde que haja justificativa. Existem justificativas que são difíceis da gente às vezes avaliar simplesmente por um ponto. Como você não está julgando muitas vezes o prefeito e sim a prefeitura, as pessoas às vezes fazem confusão. Como existiu eleição para prefeito há dois anos, e algumas coisas que foram feitas que não davam, então eles estão justificando esses projetos e ainda estão tomando conhecimento e até tomaram a apenas um ano atrás. Mostrando as dificuldades, problemas que existem. Por exemplo, um projeto tinha sido feito por um projetista de uma prefeitura de ..., não vou falar o local, e começou a seder o terreno, então teve que mudar. Isso é uma coisa que eles não sabiam, não detectados esse problema abaixo do solo, não fizemos um trabalho adequado de sonda e etc, mas detectaram o vazamento. Então fizeram uma doação de um terreno mais adequado para fazer um aterro de uma cidade. Então isso teve um atraso de três meses. Eu não acho que isso seja um absurdo, desde que o cara assume que ele vá fazer e não fique enrolando a

vida toda, como muitas das vezes acontece. Então é isso que eu queria pedir e queria abrir para todos os Copam's Regionais, desde que a prefeitura venha peça a moção e vocês aceitem dar a moção, isso vai à plenária do Copam para julgamento da plenária que é a única que pode dar um esticamento de prazo.

Gilson – Eu queria só falar nessa linha. Não estou questionando decisão tomada não. Agora eu sempre acho que é saudável, quanto mais a gente exercitar no processo da descentralização melhor. Se todas as vezes que a gente tiver dificuldade, a gente tiver que olhar pra cima, eu acho que atrapalha. Eu acho que a norma tem que ser geral mesmo, senão vai ser um transtorno. As eu não sei o quê que impede ao Copam Regional de dar um parecer, mas a alteração seja a nível central, mas que o parecer seja dado por nós. Até para a gente tomar conhecimento dos problemas que estão acontecendo.

Shelley – Eu acho até que a gente poderia discutir com os conselheiros, não nesse caso, mas a nível geral, todas as prefeituras. Eu acho que isso é um bom assunto pra gente trazer na pauta, pra gente trazer o pessoal todo que está discutindo isso a nível geral para fazer uma apresentação de tudo, para vocês entenderem como a coisa está sendo contextualizada a nível de Estado e a gente poder discutir aqui o caso específico dessa região. Isso é uma coisa que está sendo estudada há três anos e se a gente pega a coisa andando que gente vai estragar. Tem problemas paralelos correndo a muito tempo há muito que a gente não sabe. Mas de qualquer maneira fica aqui a chamada, se o prefeito quiser vir pedir a moção, como foi feito pra Barbacena, mesmo sabendo que a Feam não gostou muito.

Rogério Nossi – Eu acho que o que o professor Gilson falou é pertinente dentro daquela situação de trazer toda definição dentro da região do Alto São Francisco, de trazer isso antes de se levar, e se levar em uma situação de bloco. Pra não ficar eternamente a situação de Auto de Infração e eternamente sem julgamento. Então isso deve ser feito no prazo muito curto, já no começo do ano que vem, e ao fazermos isso no término das férias até fevereiro, vamos se a gente consegue eliminar essa situação de todos os que estiverem sendo feitos os pareceres técnicos e jurídicos para gente trazer até na primeira reunião se for o caso, para uma apresentação, antes de se levar especificamente isso. Sobre o ponto que o próprio secretário colocou no caso de Barbacena, nesse caso está vencendo o prazo que era 31 de outubro. Em a gente correu atrás. Foi antes da reunião de novembro, e ele argumentou e dentro da justificativa plausível que ele levantou e que outras prefeituras não

vislumbraram e ele recorreu a uma situação clássica. Que é direito de *** lavra, da prefeitura de resolver o problema dela, especificamente dela e ela recorreu em um aspecto singular na própria defesa que outras venham atrás nessa mesma situação que nós levantamos e o plenário do Copam só teve que aplaudir.

Shelley – Dito isso eu passo ao Item 8. Balanço e prestação de contas. Tem uma explicação da coordenadora. Doutora Laís. Balanço colocado em pauta é só justificar.

Laís – Eu gostaria de expor aqui é o trabalho do NARC e conseqüentemente o trabalho dos senhores conselheiros, dos processos julgados tanto de licença quanto do auto de infração.

Shelley – É um balanço do ano que você ia apresentar.

Laís – Justamente. Em 18 reuniões, excluindo a de hoje, os senhores já julgaram 162 processos e licença ambiental.

Shelley – Esse ano?

Laís – É esse ano. Julgaram 37 processos de Auto de Infração. Incluindo aplicações de penalidades e pedidos de reconsideração.

Shelley – Está baixo, viu? Só ontem no Sul nós em uma reunião só foram 60 processos. Eu acho que nós temos que crescer muito aqui, tem pouco processo ainda, mas vai crescer. Eu tenho certeza disso, estou vendo o crescimento que está tendo, mas ainda está pouco para este ano.

Laís – As primeiras reuniões deste ano de fevereiro e março, as pautas foram maiores em decorrência do período de recesso. Então deu uma faixa de 10 a 12 processos.

Shelley – Mas aqui é uma área de muito trabalho, então é pouco processo para esse região. É uma região de alta atividade de produção, eu acho que na agenda marrom aqui é fortíssimo. E 160 pra mim é pouco.

Laís – De fevereiro de 2005 a novembro de 2005, deu 162 licenças.